O Verde-Oliva



Centro de Relações Públicas do Exército

Brasília
1975

editorial

Em todos os quadrantes da Pátria, onde existe um quartel do Exército, o toque de alvorada é o prólogo de mais uma jornada de trabalho. O silêncio e a quietude das casernas — protegidas pela vigília das sentinelas — são interrompidos, de repente, pela voz do clarim, determinando o início das atividades diárias. Nos centros urbanos ou nos rincões mais afastados, o soldado, de todos os postos e graduações, reúne as energias refeitas para continuar as tarefas interrompidas na véspera. Cada dia que nasce representa a oportunidade da prestação de novos serviços ao Brasil. Assim, a imagem singela do corneteiro, conclamando todos ao cumprimento da missão, reflete com propriedade a perseverança, a renovação, a compenetração dos deveres e o dinamismo do atual Exército Brasileiro.

No presente número de "O Verde Oliva", apresentamos aos nossos leitores uma visão das principais realizações do **Exército** em setores diversos. Procuramos mostrar, de modo sintético, o esforço desenvolvido pela instituição, com seriedade e devotamento, para suplantar carências e entraves retardadores de sua modernização. Essa posição realista decorre da nova mentalidade desenvolvimentista implantada pela Revolução de 1964, que fundamenta o seu êxito na segurança, indispensável ao progresso. Para atender a sua destinação constitucional, ampliada com novos encargos, o **Exército Brasileiro** reestruturou a sua organização, vivificou a sua administração e põe em prática um corajoso plano de reaparelhamento.

Nas [illegible] páginas, o leitor encontrará um resumo das **Manobras Militares** realizadas durante [illegible] todos os Exércitos [illegible] Militares de Área. A [illegible] dada ao assunto foi intencional para demonstrar a preocupação fundamental do **Exército** com a sua atividade-fim. As diversas manobras efetuadas, algumas delas de médio porte, permitiram aquilatar o grau de operacionalidade dos elementos empenhados e forneceram valiosos ensinamentos para o aprimoramento de nossa doutrina militar.

Apresentamos, a seguir, as medidas relacionadas com o **Reaparelhamento do Exército**, que foi intensificado a partir de 1970. Esse importante setor, considerado prioritário devido aos seus reflexos na capacidade operacional, foi dinamizado com a aquisição de considerável quantidade de material e com a recente criação da "Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL". Essa empresa pública, vinculada ao Ministério do Exército, destina-se a corrigir distorções existentes na indústria de material bélico e contribuirá para significativa economia de divisas, com a redução das importações.

Analisamos também a reestruturação de efetivos do Exército, ocorrida em novembro do ano passado. O atendimento dessa necessidade, que há muito se fazia sentir, veio solucionar inúmeros problemas correlatos. Além de permitir o equilíbrio dos quadros, a melhor formação da reserva e a planificação da carreira de oficiais e graduados, contribuiu, pela aceleração das promoções, para reduzir a estagnação em certos postos e graduações.

Outra providência de grande interêsse para o **Exército** foi a criação da Comissão de Alienação de Imóveis, que tem a finalidade de realizar o levantamento dos próprios nacionais, julgados desnecessários ao Exército, regularizar os seus títulos de propriedade e sugerir a venda dos mesmos. Os recursos resultantes das operações serão incluídos no Fundo do Exército para emprego na construção de novos quartéis e aquisição de equipamentos.

Os assuntos apontados indicam a constante preocupação do Exército com o seu aperfeiçoamento, condição indispensável para que possa continuar cumprindo, com êxito, a sua missão constitucional. Os resultados alcançados, até agora, traduzem o esforço comum de chefes e subordinados, os quais, inspirados pela responsabilidade profissional e pelo amor ao Exército, caminham, lado a lado, unidos e coesos, [illegible] colimação dos objetivos maiores da instituição.

Coerente com o seu passado, pleno de gloriosas tradições, o Exército continua a desempenhar o seu papel histórico de Fator de Segurança e de Desenvolvimento. **Segurança**, que não é dádiva mas conquista, obtida mediante o labor diuturno e anônimo das casernas, orientado por valores morais e espirituais e fundamentado nos supremos interesses do Brasil. **Segurança** que exige, muitas vezes sangue, suor e lágrimas dos encarregados de provê-la e, não raro, enfrenta a incompreensão de alguns, que desconhecem o seu custo. **Desenvolvimento**, realizado através de atividades complementares, como colaboração à arrancada nacional em direção ao progresso. **Desenvolvimento**, que assinala a presença do Exército nos setores da Educação, Saúde, Transportes, Indústria Bélica, Cartografia e na vivificação da nossas fronteiras.

Neste número de "O Verde Oliva" o leitor reencontrará o seu **Exército**. O mesmo Exército de Caxias, com o mesmo espírito de patriotismo e abnegação que o tem caracterizado, no caminho de sua modernização.

MANOBRAS MILITARES

O adestramento operacional é a principal atividade do Exército, em tempo de paz. A instrução permanente e as manobras militares, enfatizando o dinamismo, a coragem, a iniciativa e o senso de responsabilidade, aumentam a capacidade combativa da tropa, a flexibilidade dos estados-maiores e a eficiência dos órgãos de apoio.



A preparação para o combate é a preocupação fundamental do **Exército Brasileiro**. Consciente de sua destinação constitucional de prover a Segurança imprescindível ao progresso, ele se dedica com entusiasmo à sua atividade-fim, de modo a estar pronto para atuar onde e quando for preciso.

O ano de instrução obedece a uma seqüência lógica, em que cada fase do aprendizado é igualmente importante. Recebidos os novos conscritos, são eles submetidos a uma cuidadosa preparação física, moral, psicológica e militar, que os transformará em combatentes individuais. A seguir, contínua e gradativamente, os homens são enquadrados em unidades elementares, atuando como membros de grupos, subunidades e unidades e se ajustando ao trabalho em equipe. Finalmente, participam de exercícios de combinação de Armas e Serviços, que permitem o conhecimento recíproco das possibilidades e limitações das diversas unidades.



As manobras militares — sejam na carta ou no terreno, de quadros ou com o emprego de tropa — constituem um teste preciso para aquilatar o grau de operacionalidade dos comandos empenhados. Os ensinamentos colhidos são importantes subsídios para o aperfeiçoamento profissional, uma vez que as situações criadas se aproximam bastante da realidade. Coerente com a máxima latina — **"se queres a paz, prepara-te para a guerra"** — o **Exército Brasileiro** realizou importantes manobras militares durante o ano de 1974, a despeito das limitações impostas pela crise mundial de combustível. Todos os Grandes Comandos e Comandos Militares de Áreas empreenderam exercícios na carta, de quadros, e de médio vulto, segundo as diretrizes do Estado Maior do Exército, com proveitosos resultados.

O **I Exército** efetuou diversas manobras com o emprego de tropa, de quadros e na carta, destacando-se os seguintes exercícios:

A **"Operação Pamavari"**, desenvolvida pela 1ª Brigada de Infantaria Motorizada na região de Valença (RJ): constou de uma operação de cerco, consolidação do cerco e investimento, paralelamente ao emprego de ACISO e Operações de Informações.

A **"Operação Gragnatá"** executada **pela 2.ª Brigada de Infantaria, nos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. O exercício explorou as medidas preventivas de Defesa Interna, particularmente as ações psicológicas e operações de informações**.

A **"Operação Granizo"**, empreendida pela Brigada Aeroterrestre no eixo Candiota-Bagé, permitiu avaliar a atuação de uma Força Tarefa de Batalhão (FT Santos Dumont) no assalto aeroterrestre e na defesa da cabeça-de-ponte aérea, até a realização da junção com as forças amigas. Foram recolhidos subsídios interessantes a respeito da doutrina de emprego das forças aeroterrestres, sobre a qualidade do material fornecido e a eficiência dos serviços prestados pelos elementos de apoio administrativo.

A **"Operação Cunhatai-Porã"**, levada a efeito pelo Curso de Forças Especiais, da Brigada Aeroterrestre, estudou a atuação de um Destacamento A em um quadro de guerra insurrecional.

A 4.ª RM/4.ª DE efetuou uma manobra de caráter ofensivo, dentro de um quadro de guerra convencional, na região de São João Del Rei-Lavras, a cavaleiro da BR-265.

Além dessas manobras, o I Exército realizou ainda manobras de quadros na carta, exercícios de PC e de Comunicações e, através da 5.ª Brigada de Cavalaria Blindada, um planejamento de transporte ferroviário.

No âmbito do **II Exército** foram realizadas manobras de vários tipos:

A 9.ª RM desenvolveu um exercício de ação ofensiva, numa situação de guerra convencional, empregando a 4.ª DC e a 2.ª Bda Mista.

A 2.ª DE participou de manobras ofensivas e de um exercício de PC na região de Campinas.

A 11.ª Bda Inf. levou a efeito uma manobra de quadros, no terreno, estudando a Brigada na Defesa Móvel, na área Campinas-Limeira.

A 12.ª Bda Inf. explorou a atuação de uma Brigada no ataque coordenado, na região de Caçapava Velha.

O **III Exército** executou inúmeros exercícios e manobras de vulto, destacando-se as seguintes operações:

A **"Operação Jaguaretá"**, constando do reconhecimento de um eixo por uma Bda. C Mec e de um ataque com ultrapassagem e transposição de curso d'água, efetuado por um RC Bld, com apoio aéreo.

A **"Operação Iguaçu"**, manobra de vulto, constituída de uma ação retardadora, executada pelo Grupamento Leste Catarinense, uma defesa de área em larga frente conduzida pelo 2.º Grupamento de Fronteira, e uma operação ofensiva com transposição de curso d'água, levada a efeito pela 5.ª Bda C Bld.

A "Operação Defensiva 1" explorou a atuação de uma Bda C Mec na vigilância de uma larga frente, com intenso acionamento de patrulhas e larga exploração dos meios de comunicação.

A "Operação Defensiva 2" proporcionou o emprego de uma Bda. Inf. Mtz, enquadrada pela Divisão de Exército (DE), realizando uma defesa de área em larga frente.

O 1.º Grupamento de Fronteira empreendeu uma defensiva em larga frente, apoiada em um rio obstáculo.

A **"Operação Beta 2"** constou da instalação e funcionamento de um Batalhão Logístico, em apoio a uma Brigada em operações.

O **IV Exército** realizou uma manobra de vulto, incluindo operações defensivas, ofensivas e contra-guerrilheiros, nos Estados do Rio Grande do Norte e de Sergipe. No período de setembro a outubro de 74, houve uma fase preparatória e manobra na carta para todos os comandos subordinados. A seguir, a 7.ª RM/7.ª DE teve a seu cargo a condução de movimentos retrógrados e de uma defensiva. Realizado o planejamento do contra-ataque, coube à 10ª RM iniciar a ação ofensiva e isolar o inimigo na região de Mossoró. Finalmente, a 6.ª RM, explorando as operações de Defesa Interna, desenvolveu uma ação contra-guerrilheiros na região de Propiá, em Sergipe.









O **Comando Militar da Amazônia** empreendeu exercícios de grande utilidade, não somente para o adestramento operacional, como também para o reconhecimento de áreas fronteiriças, assistência social a populações ribeirinhas, contatos com missões religiosas, controle de grileiros e proteção aos nossos indígenas. As principais manobras naquela área foram as seguintes: A **Operação Ietê** foi realizada pelo Comando de Fronteira Acre-Rondônia, num quadro de guerra convencional, na região da Serra dos Parecis, abrangendo os rios Pimenta Bueno, Guaporé e afluentes. A "Operação Iapurá" foi efetuada na região de Cruzeiro do Sul — Palmeiras, num quadro de guerra irregular, através dos rios Javari, Juruá, Moa e seus afluentes. A "Operação Catremani", conduzida pelo 1.º Batalhão de Infantaria de Selva e 2.º Batalhão Especial de Fronteira, constou do reconhecimento das fronteiras ao longo dos rios Catremani e Totobi.

O Comando Militar do Planalto realizou uma manobra ofensiva, com a 3.ª Bda Inf., num quadro de guerra convencional, nas regiões de Formosa e Pindaíbava. O exercício constou de concentração dos meios, marcha de aproximação e de um ataque coordenado, efetuado por tropas de infantaria apoiadas por carros de combate. Paralelamente à operação, foram efetuadas ACISOS nas regiões de Formosa e Cabeceiras.

REAPARELHAMENTO DO EXÉRCITO



"O reaparelhamento do Exército passou a ser, a partir de 1970, inadiável. Urgia repor e modernizar o equipamento, em face de seu desgaste e seu obsoletismo. Diante de tal imperativo, o reaparelhamento foi incluído como uma das metas do planejamento governamental, orientado pelas diretrizes de gradual nacionalização, conservação do material existente, incorporação de tecnologia e aumento da atividade de pesquisa.

A melhoria do grau de operacionalidade, pelo incremento da mobilidade e da potência de fogo, assim como da eficiência do apoio logístico, vem sendo perseguida com determinação.

Com recursos do Orçamento-Programa, do Plano Especial de Reaparelhamento do Exército (PERE), do Fundo do Exército e de financiamento internacional, foi possível realizar, em 1974: a aquisição de apreciável quantidade de material de Artilharia de Campanha, dos calibres 105 e 155, e de morteiros 4.2, para dotar as Companhias de Apoio dos Batalhões de Infantaria; a transformação de 53 Carros de Combate Leves M3 e M3A1 em Carros de Combate Leves X1, dotados de canhões de 90 mm; a compra do CRM (Cascavel) e do CTTA (Urutu), de fabricação nacional; e a mecanização da 1.ª Brigada de Cavalaria.

Realizando um grande esforço no sentido de substituir as importações pela compra de materiais no País, os gastos alcançaram as seguintes cifras globais: Material de Motomecanização — equipamento, 137,2 milhões de cruzeiros, e suprimentos, 86,3 milhões; Armamento e Acessórios — equipamentos, 55,7 milhões e suprimentos, 5 milhões; Material de Engenharia — Equipamento, 23 milhões e suprimentos, 5,3 milhões; Fabricação e Recuperação de Equipamentos, 14,1 milhões; Material de Comunicações — equipamentos, 92,2 milhões e suprimentos, 6 milhões; Munições — 78,9 milhões.

Releva notar que o esforço do reaparelhamento, em Material de Comunicações, foi dirigido para corrigir graves carências de rádios de campanha, destinados aos escalões Companhia, Batalhão e Brigada, com imediata repercussão na eficiência operacional".

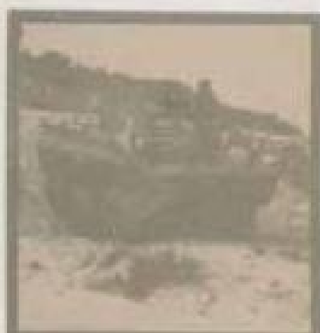
"Na área das pesquisas de material bélico, merecem registro: a implantação de uma usina-piloto de propelentes moldados; a importação de tecnologia do Míssil AC-1 (Cobra), com a aquisição de simuladores e outros equipamentos; a transformação e modernização do CCL M3 e M3A1 no X1 e a modernização e nacionalização dos CCM M4 (SHERMANN), em processamento; a metralhadora 7,62; o morteiro 60 retrocarregável; o lançador de fumígenos; os foguetes de saturação de área, em combinação com o Centro Técnico de Aeronáutica (CTA) e a AVIBRAS; a mula mecânica; a ponte lançada de viatura blindada; a ponte sobre suportes flutuantes de fibra de vidro; e os resultados com equipamento elétrico e eletrônico variado.

No referente à pesquisa de Ciência dos Materiais, cuidou-se de blindagem, de colete à prova de balas e de pastilhas piezelétricas, havendo também atividades de pesquisa e desenvolvimento, em síntese, catálise, energia, matérias-primas, obtenção de água pesada, antenas e propagação, ótica, computadores, sistemas de controle, cartografia e preservação de bens perecíveis, com assinalada participação do Instituto Militar de Engenharia (IME), do Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento (IPD) e do Campo de Provas da Marambaia (C Pr M).

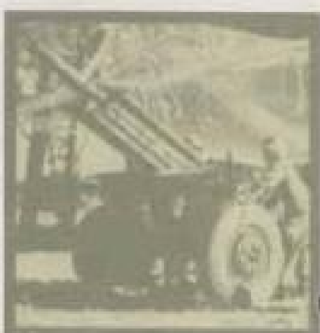
Cabe também referir a objetividade na realização, com significativos frutos, de pesquisas para a melhoria de fardamento, de materiais para a confecção de barracas e, ainda, acerca de animais selvagens, rações para a selva e métodos de treinamento físico".

(Trechos da Mensagem Presidencial ao Congresso Nacional, em 1.º de março de 1975).









INDÚSTRIA DE MATERIAL BÉLICO - IMBEL



A constituição da "Indústria de Material Bélico do Brasil - IMBEL" representa um grande passo no sentido de conseguir a auto-suficiência brasileira no setor de armamentos.

O Presidente da República enviou ao Congresso Nacional o projeto de lei autorizando a constituição da "Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL", uma empresa pública sediada em Brasília e vinculada ao Ministério do Exército. O projeto estabelece que a IMBEL desenvolverá atividades no setor de material bélico, observando rigorosamente as políticas e planos do Governo Federal e podendo ser transformada em sociedade de economia mista, quando julgado oportuno. Os oficiais dos quadros de engenheiros militares, em exercício na IMBEL, são considerados em função de natureza militar. O pessoal da empresa será regido pela CLT e obrigado a manter absoluto sigilo sobre os trabalhos e assuntos que cheguem ao seu conhecimento em razão de sua atividade naquela empresa.



A constituição da IMBEL virá preencher uma grave lacuna no nosso parque industrial. A iniciativa privada no setor da fabricação militar, agindo sem diretrizes e metas perfeitamente definidas, ainda não conseguiu estabelecer uma sólida infra-estrutura, capaz de atender as nossas necessidades de material bélico. Observa-se, em conseqüência, a desarticulação e o dimensionamento irregular do parque fabril militar, que tem se refletido na carência quantitativa como, principalmente, qualitativa, do material produzido no País. Para suprir estas deficiências e atender as necessidades de modernização do Exército, o recurso adotado tem sido a importação, procedimento oneroso e que não atende aos anseios de desenvolvimento.

A "Indústria de Material Bélico do Brasil — IMBEL" tem os seguintes objetivos: 1 — Colaborar no planejamento a fabricação de material bélico, através da transferência de tecnologia, incentivo à instalação de novas indústrias e prestação de assistência técnica e financeira; 2 — Promover, com base na iniciativa privada, a instalação e desenvolvimento da indústria de material bélico de interesse do Exército; 3 — Administrar, industrial e comercialmente, seu próprio parque de material bélico, por força da contingência de pioneirismo, conveniência administrativa ou no interesse da segurança nacional; 4 — Promover o desenvolvimento e a execução de outras atividades relacionadas com a sua finalidade.







Pelo projeto submetido à aprovação do Congresso, o Executivo fica autorizado a abrir um crédito especial até o valor de 25 milhões de cruzeiros, para as despesas com a implantação e início de operações da IMBEL, cujo capital inicial será representado pelo valor da incorporação dos bens móveis e imóveis dos estabelecimentos fabris de material bélico do Exército e direitos a eles relativos. Sempre que possível, e desde que exista, na área de atividade, iniciativa privada capaz de desenvolver os encargos da execução, as atividades da IMBEL e de suas subsidiárias, que poderão ser criadas, serão realizadas indiretamente. Estabelece ainda o projeto que todos os órgãos e entidades da administração direta ou indireta federal, estadual, municipal e do Distrito Federal darão prioridade à utilização dos produtos e serviços da nova empresa.

REESTRUTURAÇÃO DOS EFETIVOS



A recente reestruturação dos efetivos do Exército contribuirá para atenuar a estagnação em certos postos e graduações, o equilíbrio dos quadros, o início da planificação da carreira dos oficiais e graduados e a melhor formação da Reserva.

A reestruturação de efetivos do Exército era uma necessidade imperiosa há muito sentida, de vez que, nos últimos 19 anos, nenhuma alteração de vulto foi introduzida nesse setor. Com o advento da Revolução de 1964, dinamizando o desenvolvimento e a integração nacionais, o Exército, como instrumento da política de segurança nacional, teve os seus encargos bastante ampliados. A prioridade estratégica atribuída à Amazônia, a crescente explosão demográfica, a reorganização imposta pela Reforma Administrativa, o combate à subversão organizada e a necessidade de modernização foram condicionantes novos que influíram na sua atuação nos últimos anos.

Para cumprir as missões decorrentes da nova situação, foram criados os seguintes órgãos de direção e comando: Departamento de Material Bélico, Vice-Chefia do Departamento de Engenharia e Comunicações, Diretoria de Ensino Preparatório e Assistencial, Diretoria de Transportes, Diretoria Patrimonial de Brasília, Diretoria de Cadastro e Avaliação, Diretoria de Promoções, Diretoria de Assuntos Especiais, Educação Física e Desportos, Centro de Documentação do Exército, Comando da 9.ª Brigada de Infantaria (Escola), Comando do 1.º Grupamento de Fronteira, Comando do 2.º Grupamento de Fronteira, Comando do Grupamento Leste Catarinense e Comando do 2.º Grupamento de Engenharia de Construção. Imposições conjunturais relacionadas com a segurança interna do País e a necessidade de fazer face à nova dimensão apresentada pela guerra revolucionária fizeram com que fossem criados o Centro de Informações do Exército e os Destacamentos de Operações de Informações, com elementos retirados dos efetivos de outras organizações militares. Para cooperar mais efetivamente no processo de desenvolvimento da Amazônia, foram criados 5 Batalhões de Infantaria de Selva, localizados em Imperatriz (MA), Altamira (PA), Marabá (PA), Itaituba (PA) e Humaitá (AM), ao longo da rodovia Transamazônica, cujos quartéis foram ocupados por Companhias de outras unidades, destacadas para esses locais. Convém observar que essa ampla reorganização levada a efeito pelo Exército resultou de adaptações internas sem que houvesse o correspondente aumento de efetivos.







Além da criação de novas unidades, outros fatores importantes estavam a indicar a necessidade da ampliação dos efetivos. A preocupação com a estagnação em certos postos e graduações, a estruturação de carreira em bases racionais, o desequilíbrio entre as promoções nas Armas e nos Serviços, as lacunas na formação da Reserva e a normalização dos efetivos agregados eram problemas que somente poderiam ser solucionados com o aumento dos quadros.

A Lei n.º 6.144, de 27 Novembro de 1974, reestruturou os efetivos do Exército, de modo a atender as necessidades anteriormente citadas. De acordo com o novo diploma legal, em vigor, houve um aumento de 10.909 homens, mas, descontadas 5.484 vagas, então existentes, verificou-se um acréscimo real de apenas 5.425 homens. Como houve a preocupação de não onerar a Nação nem de subtrair recursos destinados ao desenvolvimento, o Orçamento do Exército foi aumentado em apenas 5,44% com a elevação dos efetivos. Para que esse resultado fosse alcançado, várias organizações militares, recém-criadas, foram mantidas com efetivos reduzidos, de tempo de paz, enquanto foram adiadas outras expansões que estavam programadas.

O preenchimento das vagas decorrentes foi planejado de modo parcelado, a fim de evitar o inconveniente do grande número de promoções simultâneas e o conseqüente esvaziamento dos postos e graduações menores. Assim, as vagas relativas aos oficiais serão preenchidas por ocasião das promoções de Dez 74, Abr e Ago 75, em três cotas iguais de 30% e, os restantes 10%, em Dez 75. As vagas relativas aos graduados serão preenchidas durante as promoções de Fev e Jun 75, em duas cotas iguais de 35% e, os 30% restantes, em Out 75.

ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS

Por Portaria Ministerial de 6 de novembro de 1974, foi criada a "Comissão Executiva de Alienação de Imóveis", com a finalidade de estudar a situação dos imóveis sob a jurisdição do Ministério do Exército, cuja utilização ou exploração não mais atendam às necessidades do Exército e que tiveram a sua venda ou permuta autorizadas pela Lei n.º 5.651, de 11 de dezembro de 1970. Esse diploma legal estabelece que o produto das operações realizadas entrará para o Fundo do Exército e somente será empregado na construção e aquisição de bens imóveis, bem como na compra de equipamentos de acordo com os Planos de Aplicação, que serão previamente aprovados pelo Presidente da República.



FOTO: CORTESIA DO "JORNAL DO BRASIL"

Inicialmente, os Comandos do Exército realizaram um levantamento geral dos imóveis considerados desnecessários. A seguir, o EME, baseado em estudos feitos pelo DEC, relacionou os imóveis de acordo com as seguintes prioridades: Os desocupados e sem serventia das áreas urbanas, os ocupados mas que possam ser desocupados, ainda nas áreas urbanas e, finalmente, aqueles situados em áreas verdes e sem interesse de aproveitamento, mesmo remoto.

Baseada nas prioridades estabelecidas, a Comissão manteve contatos com as Regiões Militares a fim de verificar a situação atual dos imóveis, inclusive se os mesmos possuíam titulação. Em muitos casos, a documentação não estava regularizada e foi solicitado à Presidência da República o competente registro, através de Decreto com base na Lei n.º 5.972, de 11 de dezembro de 73, que autoriza o registro de propriedade dos imóveis possuídos ou ocupados por unidades militares, durante 20 anos, sem interrupção nem oposição.

Quando a documentação do imóvel se encontra em ordem, seja pela existência de título de propriedade ou através do competente registro, a Comissão solicita ao Ministro a autorização para a licitação. Uma vez autorizada a venda, é feito novo contato com o Exército e a Região Militar, para que façam a conferência das metragens encontradas no local com título, seguida da avaliação e licitação respectivas.

Até o presente momento o Ministério do Exército solicitou à Presidência da República o registro de 14 imóveis, através de Decreto, e o Ministro já autorizou a licitação de 21 imóveis, sendo 1 na 1.ª RM, 6 na 2.ª RM, 11 na 3.ª RM e 3 na 5.ª RM.

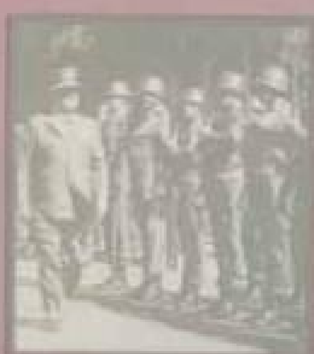
Em Copacabana, encontra-se em estudo a licitação de uma área de 20.000 m2. **O Forte de Copacabana,** como imóvel de significação histórica e considerado de utilidade para o Exército, não será objeto de licitação. A área a ser vendida compreende o antigo Mercado Militar, com frente para a rua Francisco Otaviano e engloba também um posto de lubrificação, situado na rua Francisco Bhering, no Arpoador.

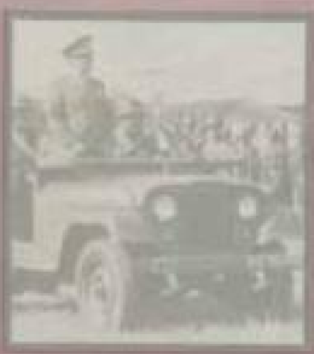
No Paraná, a Petrobrás está interessada em adquirir a "Coudelaria Tindiquera" e a Empresa Itaipu Binacional pretende comprar duas glebas de terra pertencentes ao 1.º Batalhão de Fronteira. Como empresas de economia mista, sob o controle acionário da União, estão ambas dispensadas de licitação, na forma da Lei.

A Comissão de Alienação de Imóveis continua realizando um intenso trabalho no sentido de regularizar a situação dos imóveis do Exército, sobretudo daqueles que não se encontram registrados. A par dessa medida, já iniciou a licitação dos imóveis cuja venda foi autorizada pelo Ministro, devendo concluir algumas alienações ainda no corrente ano.

MINISTRO DO EXÉRCITO VISITA COMANDOS MILITARES







[illegible]

FUNDO DE SAÚDE PARA DEPENDENTES





A diretoria de Assistência Social elaborou estudos para a implantação de um sistema de atendimento médico-hospitalar aos dependentes dos militares e pensionistas do Ministério do Exército.

O Serviço atenderá, inicialmente os casos de internação para tratamento ou cirurgia, e as necessidades de exames complementares, como exames de laboratório, radiológicos etc., devendo ser ampliado posteriormente. O atendimento será prestado, em princípio, através de organizações de saúde civis, vinculadas ao sistema de assistência social por contrato, credenciação ou de livre escolha do assistido. Os órgãos do Serviço de Saúde também poderão prestar o serviço, quando inexistirem organizações civis na localidade ou possuírem capacidade de atendimento ociosa.

O pessoal militar, da ativa ou da reserva, será atendido pelo Serviço de Saúde, com os seus recursos. Os recursos financeiros do Fundo serão provenientes de dotações orçamentárias e da contribuição individual de até 3% do soldo, prevista na Lei de Remuneração dos Militares.

O atendimento médico-hospitalar aos dependentes e pensionistas será implantado progressivamente, mediante tabelas organizadas pelo DGS. Essas tabelas especificarão os tipos de atendimentos que serão feitos através do sistema, o valor máximo admissível, a despesa que será custeada pelo Fundo e a parte que será paga pelo responsável.

As Regiões Militares serão os órgãos encarregados do estabelecimento ou credenciação das organizações de saúde civis, recebimento dos recursos distribuídos pelo DGS, controle geral do sistema em seu território, recebimento e estudo dos processos, pagamento das contas apresentadas pelos órgãos credenciados e estudo dos pedidos de ressarcimento das despesas realizadas por militares ou pensionistas para tratamento de seus dependentes em órgão de saúde de livre escolha e que não seja credenciado.